

Regra limita aumento de gasto a 70% da alta da receita



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que apresentou nesta quarta-feira (29) a Lula o novo marco fiscal em seu formato final

Nova regra fiscal limitará crescimento das despesas a 70% da alta da receita

Proposta também prevê banda de flutuação para a meta de resultado primário a cada ano

Hilana Tomazelli e Alex Salomão

BRASÍLIA O governo Lula iniciou em seu desenho de regra fiscal o crescimento das despesas federais seja limitado a 70% do avanço das receitas projetado para o mesmo ano, de acordo com informações obtidas pela Folha. Na prática, o governo pretende trabalhar com uma nova trava para as despesas, que crescerá em um ritmo menor do que a arrecadação, de forma a fazer as contas melhorarem nos próximos anos e sair do vermelho. Além disso, a regra vai prever um intervalo para a meta de resultado primário a cada ano, como uma espécie de banda para flutuação. O resultado primário é obtido a partir das receitas menos as despesas. Hoje, há uma meta única, definida anualmente. O objetivo da proposta é substituir o teto de gastos, regra fiscal em vigor que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior. O novo marco fiscal foi apresentado a Lula em seu formato final pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião nesta quarta (30) no Palácio da Alvorada. Na sequência, Haddad se dirigiu à residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para mostrar a proposta à liderança da Casa. O desenho foi pensado para que os gastos tenham um aumento real (acima da inflação), mas em ritmo mais moderado que o avanço das receitas — combinação considerada crucial para obter uma redução gradual do déficit e estabilizar a dívida pública. A previsão do governo é que o déficit, projetado em 1% do PIB neste ano, seja zerado já em 2024, conforme mostrou a Folha. Em 2025, a estimativa indica superávit (redução maior do que o crescimento) equivalente a 2,5% do PIB. No ano seguinte, 2026, o saldo positivo seria de 1% do PIB. Nas discussões internas, o governo chegou a fazer simulações com diferentes percentuais de 50%, 70% ou 80% sobre o aumento na arrecadação, a definição dessa propor-

ção é, na prática, o que ditará a velocidade do ajuste. Segundo interlocutores do governo, uma alíquota definitiva já na largada um percentual mais restritivo para a alta das despesas em relação às receitas, de 60%, mas acabou prevalecendo um ponto intermediário. O percentual de vinculação entre despesas e receitas será fixo, embora a cada ano sua aplicação sobre as novas estimativas leve a números diferentes de espaço no Orçamento. A ideia é que, ao projetar o crescimento da receita para o ano seguinte, o governo observe, como consequência, o limite de avanço da despesa. No cenário em que a estimativa de alta da arrecadação seja 2% em termos reais e o percentual de aumento de gasto sobre ela, de 70%, a elevação na despesa poderia ser de até 1,4%. Os números são ilustrativos. Além disso, o percentual não se aplica de forma linear a todas as despesas. Com o fim do teto de gastos, serão retomados os mínimos constitucionais de saúde e educação como eram até 2016: 15% da RCL (receita corrente líquida) para a saúde e 10% da receita líquida de impostos no caso da educação. Na prática, os avanços das despesas acompanhará mais de perto a arrecadação, enquanto outros gastos precisariam ter crescimento mais moderado para respeitar o limite como um todo. O limite deve ser abrangente, mas algumas despesas fiscais de fora, entre elas as despesas do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e a ajuda financeira para estados e municípios bancarem o piso da enfermagem. São gastos aprovados por emenda constitucional. Pela forma como foi desenhada, a proposta tem caráter pró-cíclico, ou seja, permite o aumento de gastos quando há ampliação da receita e do crescimento, ao mesmo tempo que impõe moderação em fases de baixa. Evitar isso era um dos princípios defendidos por economistas do próprio PT. Por isso, a tendência é que o governo inclua algu-

mas travas para impedir que a despesa acompanhe o ritmo das receitas quando estas tiverem alta expressiva, ou ainda que seja preciso cortar gastos porque a arrecadação caiu de forma significativa. A ideia é prever que o crescimento da despesa siga a receita, mas até um percentual limite. De forma análoga, se as receitas desparecerem, a alta de gastos respeitará um piso a ser indicado na partir da diferença entre receitas e despesas no ano. Hoje, é uma meta única e precisa ser cumprida pelo Executivo. COMO FISCARIA Trava para gastos: em vez do teto, a despesa poderá crescer o equivalente a 70% da alta projetada nas receitas (eventualmente a arrecadação subir 10%, a despesa poderá subir até 7%). Haverá, porém, limites mínimos e máximos para a variação. O percentual mínimo evita que uma queda brusca ou temporária na arrecadação obrigue o governo a comprometer despesas. Já o máximo afasta o risco de o Executivo expandir gastos de forma exagerada quando há um pico nas receitas. Meta de resultado primário: em vez da meta única de resultado das contas públicas, haverá um intervalo projetado para o exercício, e o Executivo precisará encerrar o exercício dentro dessa banda.



* Projeção do Orçamento de 2023 ** Projeção do governo a partir da nova regra fiscal Fonte: Governo

mentos de superestimação de receitas — justamente que ocorria quando a principal referência das contas públicas era o resultado primário. Antes do teto de gastos, aprovado em 2016, o Congresso incluía no Orçamento previsões de receitas apenas para criar lastro à ampliação de despesas. Depois, quando a arrecadação era frustada, o governo precisava contingenciar gastos ou mudar a meta fiscal. Com a trava idealizada pelo governo Lula, mesmo que os parlamentares ampliem as previsões de receitas, haverá um limite para o avanço das despesas. A partir de determinado patamar qualquer arrecadação adicional (prevista ou efetivamente realizada) apenas ampliará o diferencial — ou seja, melhorando o resultado primário e contribuindo para a estabilização e redução da dívida pública.

Em outro cenário, se houvesse frustração de receitas durante o exercício, o governo ainda precisaria cumprir a meta de resultado primário estipulada no Orçamento. Isso significaria, eventualmente, conter despesas para evitar violação à regra. Como mostrou a Folha, o novo marco fiscal deve ter ganhos de ajuste ligados ao resultado primário. Presente na reunião de lideranças com Haddad, o deputado Mauro Berenice Filho (PDT-CE) confirmou o percentual de 70% e disse que, se o governo descumprir a meta de primário, a variação do crescimento das despesas cairá a 50% da alta de receitas no ano seguinte. Se o resultado primário for considerado ruim em relação a um patamar determinado, serão acionadas restrições ao crescimento dos gastos. Os instrumentos de ajuste são uma sinalização importante dentro de um marco fiscal que mira o médio prazo e terá nas projeções para esse horizonte um alicerce para tentar convencer investidores de que as contas são sustentáveis. A proposta de atrelar a restrição do gasto à dívida, defendida por muitos economistas que redigiram sugestões de regras fiscais, é descartada por técnicos e autoridades ouvidos sob reserva pela reportagem. Os indicadores de endividamento devem funcionar apenas como referência. Na chegada à reunião do governo com integrantes da Câmara, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a nova regra já estava validada por Lula, que determinou a apresentação dos termos da proposta aos membros do Congresso. Ele evitou citar detalhes da nova regra, mas disse que ela terá "compromisso com a responsabilidade fiscal". Ele disse ainda que o governo buscará obter o maior apoio possível em uma definição de quem será o relator do projeto na Câmara. O relator é uma figura central, pois é que faz o trabalho de análise, discussão e apresentação de um parecer com eventuais mudanças.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 15